



ANEXO I – CONDICIONANTES LICENÇA ÚNICA – Nº 015/2025

Referente à Licença Ambiental Única – Estrutura de CONTENÇÃO de Talude

Endereço: Rua Celso Luiz Barbosa – Bairro Clério Moulin, Alegre/ES

Processo E-docs: 2025-RMQJ0

Atividade: 22.08 – Implantação de obras de arte em estradas e rodovias consolidadas, sem intervenção em corpos hídricos

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

Condicionantes gerais orientativas:

1. Esta Licença Única (LU) foi emitida com fundamento no Decreto Nº 13.356/2024, sendo válida para a Implantação de obras de arte em estradas e rodovias já consolidadas ou licenciadas, sem intervenção em corpo hídrico, com área total a ser intervinda de 500,00 m², nas coordenadas Datum WGS84, zona 24K, 235.051,00 m E; 7.701.496,00 m N, possuindo **1.460** dias de validade;
2. Esta licença deverá estar presente no local da obra durante toda execução, sendo obrigatória apresentação desta licença sempre que a atividade for vistoriada;
3. A contagem do prazo desta licença e das suas condicionantes inicia a partir do recebimento da mesma;
4. Em caso de modificação da atividade em relação aos projetos e estudos apresentados, o empreendedor deverá entrar em contato com a SEMADS e requerer a autorização ou novo licenciamento ambiental, se for o caso, antes de promover qualquer modificação, sob pena de embargo das atividades e sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
5. Esta licença se refere apenas aos aspectos ambientais da atividade em questão e não exime o seu titular da apresentação de outros documentos legalmente exigíveis a outros órgãos. Também não impede a ação dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras nem desobriga o requerente da obtenção de autorizações, anuências, laudos, certificados ou outros documentos previstos na Legislação vigente, sendo de sua responsabilidade a adoção de qualquer providência nesse sentido;
6. Se necessário, requerer renovação desta licença 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento;



7. Toda documentação a ser apresentada para atendimento das exigências feitas pela SEMADS deverá mencionar explicitamente o número da condicionante, do ofício, das notificações e/ou qualquer instrumento a que se refere;
8. A constatação da operação em desacordo com as informações prestadas quando do requerimento da licença ou com as condicionantes acima, sujeitarão o empreendedor, seus representantes, seus responsáveis técnicos e contratados envolvidos às penalidades administrativas previstas em lei, além de serem adotadas as providências para responsabilização civil e criminal;

Condicionantes gerais com prazo:

9. Afixar na entrada do empreendimento, em local de ampla visualização, placa informativa, de fácil visualização e leitura, com fundo branco, nas dimensões mínimas de 1,20 X 0,80 m, com o texto indicado na caixa abaixo. **Prazo: 30 (trinta) dias após a obtenção da licença;**

Licença Única – LU N° 0152025

Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE - ES
CNPJ: 00.638.562/0001-65
Endereço: Rua Celso Luiz Barbosa – Bairro: Clério Moulin, Alegre-ES
Processo E-docs: 2025-RMQJ0
Data de emissão: 23/04/2025
Validade: 1.460 dias

Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Atividade: Implantação de obras de arte em estradas e rodovias já consolidadas ou licenciadas, sem intervenção em corpo hídrico.

10. Apresentar relatório fotográfico que comprove a instalação da placa informativa da licença (condicionante 9). **Prazo: 45 (quarenta e cinco dias) após obtenção da licença;**



11. Em caso de paralisação das obras por período superior a 2 (dois) meses, deverá ser informado à SEMADS. **Prazo: 60 dias após a paralização;**

Condicionantes específicas orientativas:

12. As atividades de terraplanagem deverão ser executadas estritamente conforme os projetos técnicos aprovados, respeitando os materiais especificados, as áreas de intervenção delimitadas e as dimensões estabelecidas.
13. Os materiais excedentes gerados durante a movimentação de solo, que não forem reaproveitados na própria área da obra, deverão ser encaminhados para locais devidamente licenciados, com apresentação da respectiva licença ambiental à SEMADS.
14. Em casos de interrupção das atividades por período superior a dois meses, especialmente em épocas de elevada pluviosidade, deverão ser adotadas medidas preventivas de controle ambiental para evitar o acúmulo de água, transporte de sedimentos para áreas adjacentes, erosão, instabilidade de taludes e demais impactos negativos.
15. Será obrigatória a umectação regular do solo exposto, com o objetivo de controlar a emissão de partículas em suspensão e minimizar a dispersão de poeira.
16. Todos os insumos e materiais empregados na obra deverão ser adquiridos exclusivamente de fornecedores com licença ambiental vigente.
17. O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRSCC) deverá ser implementado conforme apresentado, contemplando a identificação e classificação dos resíduos, estratégias para redução, reaproveitamento e a destinação final em locais licenciados. O documento deverá indicar os responsáveis técnicos pela sua execução, assegurando o devido controle e monitoramento.
18. O manejo dos resíduos sólidos deverá seguir o PGRSCC, incluindo a separação e destinação dos materiais recicláveis (papel, papelão, plástico, vidro, alumínio) para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Alegre (ASCOMA), conforme Portaria nº 4.543/2022. Os comprovantes de destinação deverão ser mantidos disponíveis para fins de fiscalização pela SEMADS.
19. Deverão ser realizadas ações de educação ambiental voltadas aos trabalhadores da obra, abordando temas ligados à sustentabilidade por meio de DDS, treinamentos e comunicados técnicos.



20. A manutenção preventiva de veículos e equipamentos deverá ser realizada regularmente, garantindo o bom funcionamento e a conformidade com as normas de segurança, além da utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
21. É vedada a realização de manutenções preventivas de máquinas e equipamentos dentro da área de intervenção.
22. Caso sejam necessárias manutenções emergenciais in loco, deverão ser adotadas medidas específicas para evitar a contaminação do solo e de recursos hídricos.
23. A área da obra deverá dispor de kit emergencial adequado para contenção de vazamentos de óleos e combustíveis provenientes de veículos e maquinário.
24. Os caminhões transportadores de materiais particulados, como terra, areia e brita, deverão operar com caçambas devidamente cobertas por lonas.
25. O empreendimento deverá manter-se em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente com a Resolução CONAMA nº 237/1997, que trata do licenciamento ambiental, e com a Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), referente à proteção da vegetação nativa e uso sustentável dos recursos naturais.
26. Os trabalhadores responsáveis pela movimentação de solo deverão ser sensibilizados quanto à observação da fauna local nas frentes de serviço. Tais orientações deverão ser integradas às Discussões Diárias de Segurança (DDS).
27. Todas as áreas degradadas durante a execução da obra deverão ser identificadas, mapeadas e recuperadas, incluindo recomposição do solo e implantação de cobertura vegetal adequada.
28. A intervenção deverá ocorrer exclusivamente fora de Áreas de Preservação Permanente (APP), Unidades de Conservação e demais zonas de sensibilidade ambiental. Não será admitida a supressão de vegetação nativa nem intervenções em corpos hídricos.
29. Devem ser executadas todas as medidas mitigadoras previstas, como a instalação de sistemas de drenagem, revegetação de taludes e proteção do solo, para controle de erosão. A estabilidade geotécnica deverá ser assegurada por meio de técnicas apropriadas, incluindo escalonamento dos taludes e monitoramento contínuo. As emissões de ruídos e poeiras deverão ser reduzidas com umidificação frequente e controle dos horários de operação. Os efluentes sanitários devem ser direcionados à rede pública de esgotamento.



-
30. A sinalização da obra deverá ser implantada conforme o projeto técnico aprovado.
 31. Deverá ser providenciada sinalização adequada de advertência nos acessos e entorno do empreendimento, alertando sobre o trânsito de veículos pesados e máquinas, a fim de evitar acidentes com pedestres e usuários da via pública.
 32. Após a conclusão da obra, deverá ser apresentado relatório fotográfico e descritivo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, documentando as ações realizadas e as condições da área.
 33. Em caso de necessidade de supressão de vegetação arbórea, esta deverá ser previamente autorizada pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), cuja anuência deverá ser apresentada à SEMADS antes do início da intervenção.